

SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Armando Parreira • 150\$ • Julho/Agosto/Setembro 99 • Nº 39

Acção de 29 de Junho

DIGNIDADE CONQUISTA-SE!

EDITORIAL

Foi lindo!

Pelo civismo
Pela grandeza
Pela justeza

Pela disciplina
Pela correcção
Pelo aprumo

Pela afirmação de direitos
negados
Pela afirmação de carreiras
dignas
Pela afirmação do associativismo
Foi lindo!

Pelo reforço da coesão e camaradagem
Foi lindo e ficará para a história

Lindo continuará a ser
reforçando a unidade da classe
reforçando a associação
Prosseguindo no rumo que nos
levou há 10 anos a tomar a decisão
de constituir a ANS. ●



Não nos deixemos confundir A coesão e a seriedade venceram

Está finalmente assente um compromisso quanto à questão remuneratória. Há quem queira abordar este assunto como se fosse um jogo — quem ganhou? Quem perdeu? Ora, quem assim trata as questões ligadas com as Forças Armadas ou é xico esperto ou malandro. Essa não é, não foi, e, por certo não será, a nossa postura. E por isso mesmo é bom que a classe não se deixe arrastar por conversas desse tipo.

O que é verdadeiramente importante é que ao longo de meses, o Governo,

Continua na página 5

Equívocos

Pág. 8

Mais de seis mil sargentos saíram à rua em passeio, no dia 29 de Junho, em: Porto, Chaves, Aveiro, Coimbra, Leiria, Entroncamento, Lisboa, Beja, Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. E agora, perguntamos, que vamos fazer a seguir?

A seguir, diz a ANS, vamos receber aquilo a que temos direito e prosseguir serenamente na senda do nosso objectivo mais importante — a alteração do artº 31º da LDNFA e a consequente implantação do associativismo sócio-profissional, como forma adulta e responsável de representação dos nossos interesses e anseios.

E dizemos isto convictamente, porque queremos acreditar que o Governo terá já aprendido que não é rentável, nem honesto, enganar-nos e, muito menos, utilizar o já gasto estratagem de ganhar tempo para nada fazer! Queremos acreditar que o Senhor Ministro da Defesa Nacional, em conjugação com os departamentos governamentais responsáveis pelo orçamento, vão certamente encontrar a solução mínima indispensável que respeite a proposta que em devido tempo as chefias apresentaram e que nós consideramos a base essencial de trabalho e arranque para uma mais vasta e imprescindível reestruturação de todo o edifício retributivo das Forças Armadas.

As iniciativas, demonstradoras da indignação dos militares, levadas a cabo no passado dia 29 de Junho, são um marco e um sinal demasiado evidente para que se possa querer dissipar, com manobras mais ou menos dissuasivas, gizadas num qualquer gabinete de crise zelador dos

Continua na pág. 4

COMEMORAR OS 10 ANOS DE VIDA...

...lutando na defesa de uma perspectiva de carreira, pela recuperação dos vencimentos, na defesa do associativismo sócio-profissional, pela dignificação da função e da profissão militar, pelos direitos de cidadania

É normal as associações utilizarem as datas comemorativas, com especial realce para os seus aniversários, para galvanizarem a sua massa associativa em torno dos seus objectivos, de projectarem a sua imagem no universo dos eventuais novos sócios, enfim, aproveitam a oportunidade para se reforçarem.

No caso particular da ANS, e no ano em que se comemora o seu 10º ano de vida, o empenhamento em várias frentes de batalha na defesa dos interesses dos Sargentos e da Família Militar não permitiu que a comemoração fosse assinalada com uma iniciativa própria e autónoma, para além das que se encontram agendadas para várias datas deste ano — portanto, os sargentos estão a comemorar este décimo ano de vida da sua associação lutando pelos seus direitos de cidadania!

Mas, os sargentos, tal como a sua Associação, estão de parabéns. Deram-lhe neste décimo ano de vida presentes valiosos e insubstituíveis:

- ▼ Mobilizaram-se para adquirir a sua sede nacional, num esforço de grande coragem e afirmação;

- ▼ Já aumentaram o número de sócios em mais de 300 só no espaço de 5 meses — deste modo, a meta estabelecida pela direcção para todo o ano já foi ultrapassada;

- ▼ Criaram uma estrutura associativa nuclear, que neste momento já cobre todo o país e tem delegados em praticamente todas as unidades;

- ▼ Lançaram as bases orgânicas que irão possibilitar um funcionamento permanente das Comissões Permanentes de Ramo (CPR);

- ▼ Criaram laços orgânicos nos núcleos que cobrem todas as gerações de sargentos no activo, tendo a maioria dos ingressos emergido da massa

dos sargentos mais jovens, garantindo, assim, a continuidade deste projecto associativo.

Tem sido, sem dúvida, um belo conjunto de presentes, que continuará a crescer até ao próximo 31 de Janeiro de 2000, que a tornam na menina dos nossos olhos e que um camarada expressava da seguinte maneira: **"Está muito bonita a nossa associação"**.

Mas, se os sargentos têm razões para estarem orgulhosos com o trabalho que têm desenvolvido através da sua associação, a ANS, têm também razões de sobra para estarem preocupados.

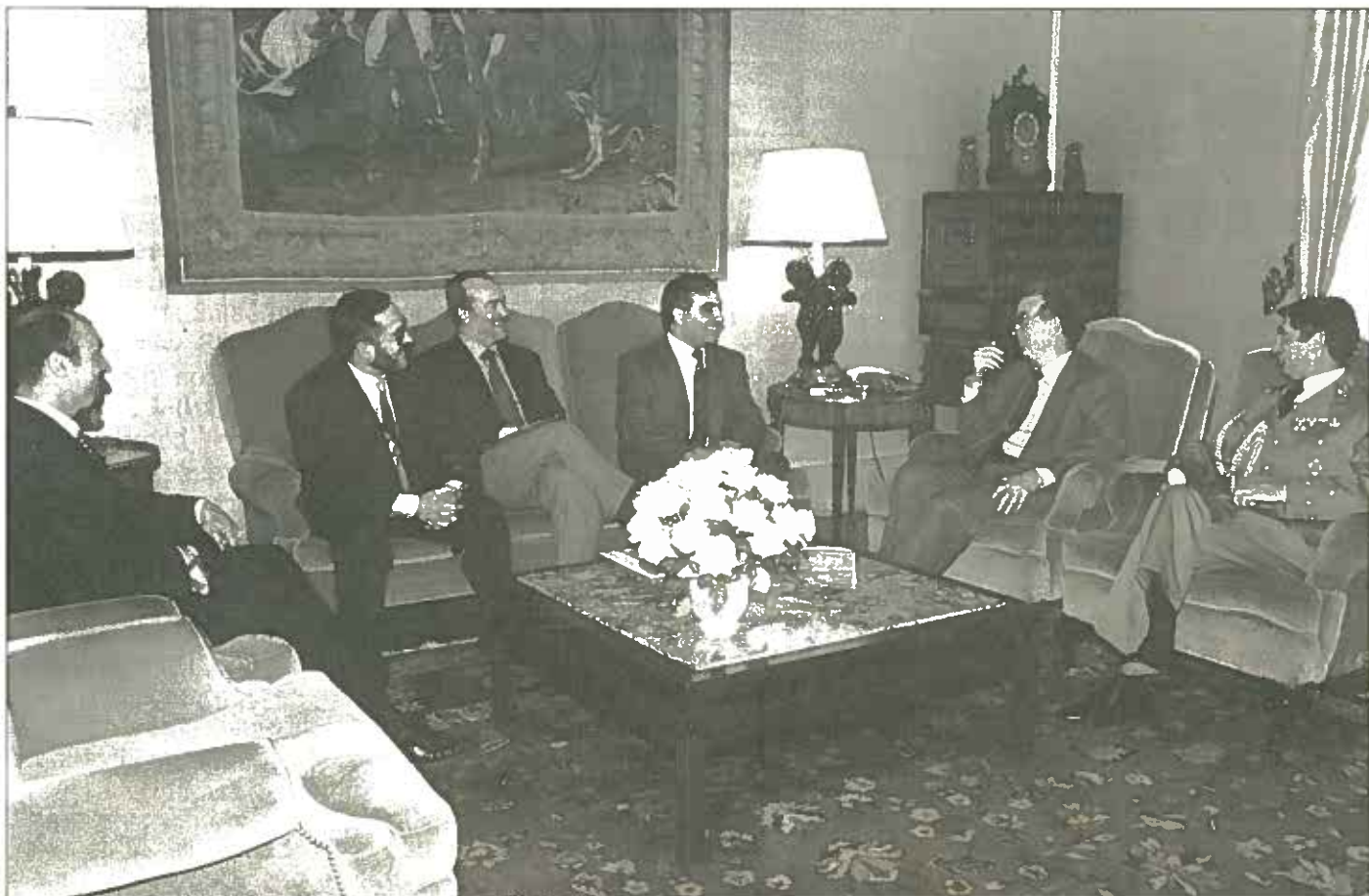
Preocupados devido ao retrocesso funcional e desvalorização profissional consubstanciados no **EMFAR** e nos **regulamentos dos ramos**; devido à falta de mecanismos que permitam uma perspectiva de carreira para as diversas gerações de sargentos com particular destaque para os mais jovens; com a insuficiência das medidas de descongestionamento das carreiras; mas também devido à falta de medidas estruturantes que preparem as FFAA para os desafios que a nova Europa nos coloca e outras tendentes a uniformizar as carreiras, os procedimentos e regulamentos dos ramos.

É devido a estas preocupações que a ANS tudo irá fazer para que este diploma, já promulgado por Sua Ex.a o Presidente da República no passado



dia 7 de Junho, sofra alterações que corrijam os artigos mais lesivos. Estas diligências não terão efeitos suspen-

sivos sobre o diploma, pelo que este continuará em vigor. O que se pretende é somente corrigir os aspectos



A ANS foi recebida pelo Senhor Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, em 2 de Maio de 1996

ANS

ATENÇÃO À NOVA MORADA:

R. Barão de Sabrosa, 57 - 2º
(a mesma rua, mas nº da porta diferente, e nº telefone e fax iguais).

O SARGENTO

Propriedade: Associação Nacional de Sargentos
Administração e Redacção: Rua Barão de Sabrosa, 57 - 2º 1800-088 Lisboa
Tel. 815 49 86 - Fax: 815 49 58
Produção, Apoio redactorial, Grafismo e Paginação: António Amarel
Fotolito e Impressão: Seleção Gráfica, Lda.
Periodicidade: Trimestral
Tiragem: 3 500 ex.
Depósito Legal: 48562/91
Registo na DGCS: 115109 ●



Debate sobre o artigo 31, no dia 25 de Novembro de 1997, promovido pela ANS, AOFA e ASMIR

negativos.

Preocupados, também, com a situação em que se encontra o projecto de diploma referente ao **regime remuneratório aplicável aos militares**, cujo desenvolvimento é tratado neste jornal em outros artigos.

O artigo 31

Hoje é pacífica a apreciação de que o actual estatuto das associações militares está esgotado e já não corresponde à realidade quotidiana. As associações dos militares são chamadas pela Comissão de Defesa Nacional a pronunciarem-se sobre a LSM; são recebidas pela Casa Militar do Presidente da República; são recebidas pelos grupos parlamentares e pelas direcções nacionais dos partidos políticos; foram recebidas para reuniões de trabalho pelo ex-MDN Dr. António Vitorino e a ANS foi convidada a apresentar uma proposta intercalar que resolvesse o problema do sistema remuneratório dos 1SAR do Exército e da FAP relativamente aos seus camaradas da Marinha; foram convocadas pelo ex-MDN Prof. Veiga Simão para participarem na 1ª reunião da Comissão Consultiva da Condição Militar; são recebidas pelos Srs. Procurador Geral da República e Provedor de Justiça.

Todos reconhecem hoje que os vencimentos dos militares não se teriam degradado tanto se estes possuíssem associações representativas que zelassem pelos seus interesses. Amanhã todos reconhecerão que, se as associações tivessem sido parceiros

na elaboração do **EMFAR**, as propostas dos ramos teriam sido mais uniformizantes, estruturantes e condizentes com os interesses da Instituição Militar e dos que exercem a profissão militar. Não conteria os perigos para as bases fundamentais das FFAA: a autoridade e a disciplina, que esta versão encerra introduzindo a polivalência e a flexibilidade, na forma de retrocesso funcional e desvalorização profissional. A hierarquia funcional deve corresponder aos níveis de responsabilidade e, salvaguardando a autonomia das categorias militares, deve corresponder ao posicionamento na hierarquia militar. E a este deve corresponder uma atribuição de funções compatível e em caso algum passível de criar conflitos entre as hierarquias funcional e militar. Não é o que se verifica com a caracterização funcional das classes dos sargentos da Marinha e da FAP.

Na forma como está estatuído, remetendo para os regulamentos internos dos ramos a definição das tarefas incumbidas a cada posto da categoria de sargento e dentro destes delegando nos comandantes dos organismos, serviços e unidades, estimulando e não contrariando o espírito das *quintinhas* que tanto mal tem causado às FFAA. A comprovar isto mesmo estão os regulamentos internos da Marinha e da FAP, elaborados debaixo do maior secretismo, sem consultarem os órgãos representativos dos ramos e consonantes com o retrocesso funcional.

Como se não bastassem estes factores de preocupação, surge agora um

novo: os novos **Código de Justiça Militar (CJM)** e o **Regulamento da Disciplina Militar (RDM)**. Estes documentos já estão em fase de anteprojecto. Desta vez, o Governo foi ainda mais longe no seu *autismo dialogante*. Desta vez nem sequer os ramos tiveram conhecimento nem foram convidados a fazer-se representar na respectiva comissão. Mais uma vez, e numa matéria predominantemente militar, os CEM foram ultrapassados. Acresce ainda o facto de se estarem a discutir estes diplomas sem que para o efeito tenha dado entrada na A.R. qualquer proposta ou projecto de diploma da Lei de bases da Justiça e da Disciplina Militar, como está previsto e seria expectável. Para além da ausência de diálogo temos agora, também, a construção descendente — do telhado para os caboucos.

E, a dar razão às nossas preocupações, o **artigo 15 do anteprojecto de RDM tem, exactamente, a mesma redacção do actual artigo 31º da LD NFA**, o que serve de indicador sobre a visão do Governo acerca da revisão daquele malfadado artigo.

É por todos estes motivos que os sargentos têm motivos para terem estes sentimentos tão fortes como contraditórios.

Grande regozijo e júbilo por no 10º aniversário da sua associação esta tenha a dimensão, o crescimento e a estrutura nacional que tem actualmente e o prestígio que publicamente lhe tem sido reconhecido. Também por neste ano termos assistido à condecoração de seis sargentos com o grau de Comendador da Ordem da Liberdade: cinco sobreviventes da Revolta dos Marinheiros e do Campo de Morte Lenta do Tarrafal, e um título póstumo. São cinco sargentos, sócios da ANS da geração mais velha, que mereceram tal distinção.

Uma grande preocupação pelo modo como os seus problemas estão a ser descuidados, porque os seus chefes militares estão a ser subalternizados pelo poder político, pela indefinição dos grandes objectivos estratégicos das FFAA com reflexos negativos na vida das unidades, com o modo como está a ser elaborada a legislação militar e o sentido que lhe estão a imprimir.

É por isso que os sargentos estão serenamente atentos, preocupados e disponíveis. ●

Fruto da indecisão de uns e enquistamento de outros o 31 não foi alterado

Mais uma legislatura terminou sem que o artigo 31 tivesse sido alterado. No entanto, o quadro de compreensão para o problema não é o mesmo. Desde logo, porque existe hoje uma alargada consciência dentro da Instituição de que o artigo 31 não tem sentido. E, essa consciência, deve-se, por um lado, à própria evolução natural da sociedade e, por outro lado, ao comportamento digno, ético e esclarecedor das associações existentes, associações essas que se mais não fazem para a resolução dos problemas é porque continuam a existir, da parte de alguns, infundamentados preconceitos.

As associações não se querem substituir a ninguém, mas colaborar com todos (sobre isto vale a pena lêr o artigo do Gen. Loureiro dos Santos, DN de 9 de Julho).

O artigo 31 não foi alterado desde logo pela postura titubeante do Governo, que enviou para a Assembleia da República uma proposta que nada alterava e, isto, depois de os deputados do PS terem expressado claramente a sua concordância a uma alteração substancial do artigo 31, uma alteração que colocasse os militares portugueses ao nível dos seus congéneres da União Europeia. Esta falta de clareza do PS ajudou ao desfecho. Depois, derivado da postura enquistada do PSD e do PP quanto a esta matéria. Neste quadro, tanto a proposta do PCP, que visava uma alteração substantiva, como a do grupo parlamentar do PS que, emendando o seu Governo, propunha uma alteração ao ponto 6 do artigo, visando que lá constasse "associações profissionais", não obtiveram os 2/3 necessários para serem aprovadas.

Continua assim o 31, continuamos assim no atraso legal, continuamos assim as portas abertas à punição de dirigentes associativos e demais militares interventivos, porque com o artigo 31 tudo é pecado lesa FA's.

Sabíamos e temo-lo dito, que esta era uma "guerra de nervos". Nós somos serenos porque acreditamos na razão e na justiça. Por isso, a luta pela alteração do artigo 31 vai prosseguir, assim que reabrir a Assembleia da República constituída em resultado das eleições legislativas. E por falar em eleições, permitam-me que diga, que o que todos os militares devem fazer é votar e não irem atás de falsos protestos.

Votar é um direito e um dever cívico, diz o slogan. Nós lutamos por mais direitos e não abdicamos dos nossos deveres cívicos. ●

Armando Parreira

Reunião do Conselho Superior Militar

Reunidas em 8 de Julho, as direcções da Associação Nacional de Sargentos (ANS) e a Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA), emitiram um comunicado no qual deram a conhecer que "reiteram a sua total confiança na acção a conduzir por Sua Excelência o General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas na defesa das expectativas dos oficiais e sargentos, em relação

às correcções a introduzir no sistema retributivo dos militares e à revalorização do respectivo estatuto social, na reunião do Conselho Superior Militar que irá ter lugar em 9 de Julho de 1999". ●

OBS.: Sobre o resultado desta reunião, ler o texto "**A coesão e a seriedade venceram**", com início na 1ª página deste número do nosso jornal. ●

Prosseguir serenamente

Continuação da 1ª página

“bons costumes”, o seu verdadeiro significado. A apressada e desastrosa tentativa de limpar as ruas de fardas em período pré-eleitoral e apagar da memória do colectivo das pessoas o facto, já por si demais evidente, dos militares serem também cidadãos — **cidadãos em uniforme** — capazes de mostrar a sua indignação e desconforto, sem que para isso tenham de pisar o risco da disciplina, só demonstra a perigosa falta de percepção em compreender a diferença entre aquilo que era entendido como dignidade (leia-se, passividade...) e aquilo que nós, militares, entendemos ser agora, cada vez mais, a dignidade! A dignidade por nós conquistada!

Os militares, em termos de dignidade e direito à indignação, se dúvidas havia, terão finalmente ganho a sua **“carta de alforria”**! Depois do dia 29 de Junho nada mais será como antes, porque demonstrámos a todos e a nós próprios que sabemos e podemos mostrar a nossa indignação de forma tão cívica, tão correcta e tão elevada que nos faz transbordar de orgulho o facto de podermos caminhar fardados, no colorido de todas as nossas vertentes, de cabeça erguida e silenciosos, para assim num clamor imenso, podermos gritar aquilo que nos vai na alma!

De diversos camaradas sargentos ouvimos o desabafo — *há já muito tempo que não sentia tanto orgulho de usar a minha farda!* — e isto deve ser entendido, tal e qual com o peso que tem! Os militares estão a ficar cada vez mais orgulhosos de se saberem capazes de usar a sua farda como afirmação de si próprios e si-

multaneamente poderem defender os seus interesses e anseios, erguendo bem alto a razão que os assiste.

Contrariamente a algumas vozes dissonantes, alarmistas e perdidas no tempo, que surgiram em vésperas do **“passeio mais bonito dos últimos tempos”**, as associações de militares não querem **“definir a instituição militar”** — querem, sim, **contribuir para a sua definição!**

Não querem criar **“poderes paralelos”** — querem, sim, juntamente com todos, **ajudar a encontrar soluções para a componente social das Forças Armadas!**

Não querem **“substituir as chefias”** — querem, sim, numa conjugação de esforços, plenamente claros e definidos, **aliviar as chefias de preocupações suplementares que as enfraqueçam** para o verdadeiro e elevado desempenho das suas atribuições enquanto comandantes das Forças Armadas!

Não querem, acima de tudo, disputar os lugares aos chefes — querem, acima de tudo, com o inquestionável prestígio que lhes é devido e a nossa abnegada contribuição, **ajudar a reconstruir umas Forças Armadas dignas, coesas e de expressão verdadeiramente nacional**, isto é, plenamente integradas nos altos desígnios do povo português, enquanto nação milenária e orgulhosa de si própria, que cumpram eficaz, disciplinada e elevadamente a missão que a pátria lhes atribuir.

E tudo isto no mais absoluto e sério respeito pelo sagrado equilíbrio entre aquilo que devemos à Pátria e o que a Pátria nos deve!

E quem ainda não compreendeu este binómio e a importância das

associações no seu equilíbrio, tende, evidentemente, a fazer juízos errados, a criar fantasmas e perigos onde só existe bom-senso e boa vontade!

É absolutamente necessário, imprescindível, mesmo, que todos, parafraseando o deputado Eduardo Pereira, presidente da Comissão de Defesa Nacional, assumam este triângulo — Governo, Chefias e Militares (associações) — como propósito primeiro para a busca de soluções.

Se, por um lado, problemas como o sistema retributivo ou o estatuto dos militares, e outros, se podem discutir, já a dignidade não se discute. Conquista-se!

É isso que fazemos na nossa conduta do dia-a-dia, enquanto militares — **cidadãos em uniforme** — e defensores da causa do associativismo sócio-profissional.

Para quem seguiu com atenção o passeio do último dia 29 de Junho, o simples e último facto da pronta e eficaz resposta à ordem de dispersar, na Praça do Comércio, em Lisboa, que num ápice fez com que os sargentos, ordeira e disciplinadamente se retirassem, cada um para o seu destino, deve servir de exemplo e matéria de reflexão para quem tenha como lema que tudo deve ter um princípio e um fim e esses devem ser inequívocos. É chegada a altura, também, do Governo saber pôr um fim digno e eficaz a todo este equívoco do sistema retributivo dos militares. Sem recuos ou falsas retiradas. Com muita honestidade!

Os militares e as suas associações são compreensivos e concordam que é necessário criar espaço para que a solução seja possível, mas não aceitam soluções menores



Praça do Comércio, em Lisboa,

pelo facto do seu espaço de intervenção estar restringido por uma lei que se deixou ultrapassar pela dinâmica do próprio processo evolutivo da sociedade.

Cabe ao Governo assumir toda a responsabilidade duma solução digna e dignificante!

Os militares estão ainda confiantes porque acreditam que vai prevalecer o bom senso e que o Governo ainda se rege pelos mesmos valores que são exigidos aos militares! ●

OBS.: Ler o artigo **“A coesão e a seriedade venceram”**, com início na 1ª página deste número do nosso jornal. ●



O “passeio” chegara ao fim e ficava demonstrado que sabemos e podemos mostrar a nossa indignação de forma tão cívica.

A coesão e a seriedade venceram

Continuação da 1ª pág.

através do MDN, foi anunciando medidas e foi adiando essas mesmas medidas — Outubro de 98, depois Dezembro, a seguir Março, depois Junho e tudo se encaminhava para que este assunto transitasse para o próximo Governo e viesse a ter, na melhor das hipóteses, alguma desenvolvimento lá para Fevereiro/Março de 2000. **Estes são os factos.** E quem pretender analisar esta matéria ignorando os factos, ignorando o processo, ou é irresponsável, ou anda à procura de coisas esquisitas. Também aqui nem uma nem outra coisa nos move.

A verdade é que a coesão e a seriedade da classe e, temos de o dizer, dos militares em geral, conduziu a que o Governo tivesse de assumir uma coisa que não queria assumir, como provaram os sucessivos adiamentos por ele efectuados.

Outra mistificação com que pretendem confundir-nos é com o jogo dos números, como se alguma vez as Associações tivessem proposto valores para os aumentos. As associações limitaram-se a demonstrar, a exemplo do que fez o Gen. CEMGFA, que a situação dos militares era uma e que hoje era outra e que se impunham medidas que visassem corrigir essa tendência. Eis, a verdade. Nunca as associações entraram na guerra dos números. Por outro lado, foram chamando à atenção, tal como a ANS vem fazendo desde há muito, para o problema das discrepâncias e para a questão da relação posto/escalão. **Logo, o que importa, o que é verdadeiramente importante, é que as medidas agora assumidas dêem resposta a essas questões.** E ninguém no seu perfeito juízo pretenderia ou esperava que o Governo assumisse os 25 ou 30 milhões de contos de uma só vez, como é óbvio.

Por fim, e não menos importante, é que há muito tempo que a classe luta e chama à atenção das instituições, para um mundo de aspectos que nada têm a ver com as questões remuneratórias — carreiras, funções, direitos de cidadania, certificações, sistemas de avaliação, etc. etc. As vigorosas iniciativas que tiveram lugar, trouxeram para a ribalta a necessidade de serem tomadas medidas nestas e noutras matérias.

Os acontecimentos dos meses de Maio/Junho, tiveram o enorme mérito de dizer que existem Forças Armadas e existem Militares que merecem outra consideração e respeito. É com este apurado sentido de responsabilidade e consciência cívica e ética, que, unidos e coesos, prosseguiremos também com os alertas e a colocação dos problemas que sentimos. Como diz o Editorial do nosso jornal **"Foi lindo!"**. ●

Armando Parreira



29 de Junho de 1999, no decorrer do passelo mais bonito dos últimos tempos.

ANS condena notícia que desrespeitou Ministro

A Direcção da ANS emitiu, em 8 de Julho, o seguinte comunicado:

Hoje fomos surpreendidos com uma notícia publicada no jornal "24 HORAS", com o título: *Sargentos criticam aumentos salariais do ministro da Defesa — "Jaime Gama não é sério!"*

Sendo verdade que o jornalista autor da notícia não responsabiliza o presidente da ANS por tal afirmação, não nos podemos calar perante tamanha falta de respeito, consideração e ataque à honorabilidade de S. Ex^a o Ministro da Defesa Nacional.

Do mesmo modo, não podemos calar a nossa indignação pelo facto da conversa telefónica havida entre o autor da notícia e o presidente da ANS ter sido substancialmente subvertida, quer nos termos, quer no contexto em que ocorreu.

Nunca foi, não é, nem nunca será prática da ANS tratar com menor respeito, cortesia ou consideração, seja quem for, muito menos, e por força de razão, quem tem sobre nós responsabilidade de tutela.

Ao longo dos nossos dez anos de existência, muitas foram as vezes em que discordámos das posições dos vários ministros que ocuparam a pasta da Defesa Nacional, mas fizemo-lo sempre com grande responsabilidade, frontalidade, elevação e respeito, pelo que rejeitamos categoricamente ser colados a notícias que não podem ter outro fim senão procurar descredibilizar uma entidade, a ANS, que pelo seu elevado comportamento ético, cívico e responsável, grajeou, desde sempre, o respeito e consideração dos militares, dos titulares dos órgãos de soberania, da comunicação social e dos portugueses em geral.

Face ao melindre da situação criada

por tal notícia, a ANS tudo fará para que, com verdade e rigor ético, a respeitabilidade do seu presidente de Direcção seja devidamente reposta.

Por último, queremos deixar claro que nada, nem ninguém, nos fará alterar o rumo traçado. Somos homens de bem, disciplinados e disciplinadores, que sabem assumir com total responsabilidade a consequência dos seus actos.

A Direcção

Órgãos dirigentes da ANS solidários com presidente da ANS

No mesmo dia, o presidente da Mesa da Assembleia Geral da ANS, Manuel João Teixeira da Silva, tornou público o seguinte comunicado:

Na sequência de notícia publicada no passado dia 8 de Julho, no jornal "24 Horas", — em que, alegadamente com base em declarações prestadas pelo presidente da Associação Nacional de Sargentos, Álvaro Martins, ao jornalista António de Sousa Duarte, a honorabilidade de S. Ex^a o Ministro da Defesa Nacional era rudemente posta em causa, através de título tendencioso e atentatório da sua própria seriedade, facto, aliás, que de imediato mereceu o repúdio e pronta reacção desta Associação, em comunicado enviado a todos os órgãos de comunicação social no próprio dia da notícia — foi instruído **processo disciplinar** ao mencionado dirigente associativo.

Convictos de que, em questão de tamanha importância e sensibilidade, só a verdade tem a capacidade de lavar o vexame a que ambos foram sujeitos, a ANS deposita nos trâmites legais do

referido **processo disciplinar** toda a sua esperança de que a veracidade ou falsidade dos factos sejam superiormente apurados, para que apenas a verdade subsista e com ela o reconhecimento da idoneidade que sempre preside a declarações por nós emitidas.

Nesta conformidade, os órgãos dirigentes da ANS colocam-se inteiramente ao dispor da justiça, para integral e inequívoco apuramento dos factos.

Conhecedores da integridade moral e irrepreensível conduta do seu presidente, nomeadamente quanto à responsabilidade por ele assumida nas opiniões emitidas, inerentes ao desempenho do seu cargo, tornam pública a sua total e indiscutível solidariedade.

O presidente da Mesa da Assembleia Geral

Nota da Redacção de "O Sargento"

É deplorável a ausência de ética profissional em colocar no cabeçalho de uma notícia uma afirmação entre-aspas que não surge no conteúdo do texto, nem o seu autor lhe é directamente associada.

Tal "habilidade" tacanha, de fazer crer aos leitores mais distraídos que tal afirmação seria do entrevistado, teve por único objectivo cumprir um recado político...

Condenamos veemente estes métodos pseudo-jornalísticos (de atribuir a outrém a mensagem encomendada) que, infelizmente, não são inéditos na imprensa e reveladores de cobardia e ausência de ética profissional. ●

Cartas dos LEITORES

Sargento Chefe e Sargento Mor e o exercício da liderança

No âmbito do programa de Chefia e Liderança, é proposto o desenvolvimento de um de vários temas apresentados. Por ser, em meu entender, um tema bastante pertinente, a minha escolha recai sobre o tema "O Sargento Chefe e o Sargento Mor e o Exercício da Liderança". Assim, no decorrer do mesmo abordo, embora ao de leve, o que deveria ser um verdadeiro chefe de classe; tal é o caso do Sargento Chefe e do Sargento Mor.

É complicado desenvolver um tema com tanto para dizer mas, as condições de consulta não são as mais favoráveis. Por outro lado, num curso tão intensivo e exigente, não é fácil arranjar tempo para estudar para os testes e fazer todos os trabalhos exigidos.

Passando à frente, reconheço não ser fácil desempenhar as funções de chefe de classe, como compete ao Sargento Chefe e, ou ao Sargento Mor. Colocados no topo de uma classe e na base de outra e, tendo um papel moderador e de equilíbrio, deveriam ser o elo de ligação entre o topo da hierarquia e a classe que representam.

Como disse, não é fácil, pois o homem é um ser complexo e complicado. É difícil "agradar a gregos e a troianos", como diz o ditado mas, o que por vezes falta aos nossos chefes é a capacidade de liderança que um bom chefe deveria ter.

Chefia, liderança e qualidades do chefe

A) CHEFIA

Todo o homem é potencialmente um chefe, já que, a chefia é uma consequência de todo um processo evolutivo e progressivo. Há chefes de família, chefes de classe, chefes de sector, chefes disto e chefes daquilo. De certeza que não existe ninguém que nunca o tenha sido, mesmo que em sonhos ou em brincadeiras de crianças.

Existem teorias diversas sobre a essência da chefia. Uns defendem-na como um dote hereditário, sendo uns predestinados a mandar, outros a obedecer. Outros dizem que a capacidade de chefia é um processo evolutivo alcançado por mérito próprio e reconhecido, naturalmente pelos outros. Outras teorias há, umas mais, outras menos defendidas. O que em meu ver acontece, é que em todas elas haverá, mesmo que muitas vezes imperceptível, um ponto comum que caracterize o chefe, o verdadeiro chefe.

Como acima foi dito, todo o homem é potencialmente um chefe; o que não quer dizer que todos o sejam no verdadeiro sentido da palavra.

Em toda a sociedade existe uma hierarquia, que determina as funções e responsabilidades de cada um. Para uns, ela é aceite como uma barreira, como separação social; para outros, ela é natural e necessária. Para que haja coesão, organização, sentido do dever, e, porque não, liberdade, torna-se pertinente que em cada um de nós exista essa capacidade de chefia; porque em todos os sectores da vida nós somos chefes de nós próprios, do que sentimos.

Naturalmente a sociedade tem regras, regras essas que impõem a existência

de quem dê, transmita e cumpra ordens. Neste contexto, a chefia tem uma base legal, ou seja, o poder de chefiar, de comandar é reconhecido legalmente por quem de direito.

Na instituição militar a chefia é imposta pela progressão na carreira. "Como consequência do posto ou função, o militar exerce sobre os seus subordinados uma autoridade legal". Por vezes, essa autoridade não é bem aceite, umas vezes por culpa dos chefes que não sabem ou não querem ouvir e aceitar os problemas dos subordinados; outras vezes são estes que não querem, ou não sabem aceitar o exercício de chefia, vendo o chefe como um carrasco, um mandante.

"Cada cabeça sua sentença", diz o provérbio. É verdade que cada um tem a sua maneira de pensar, de agir, fruto das condições sociais e culturais envolvidas. É necessário que haja um equilíbrio. Desse equilíbrio resulta o bom ambiente, a mútua ajuda, sentido de dever, de camaradagem e de respeito mútuo que a nossa instituição tanto necessita.

B) LIDERANÇA

"A Liderança é a capacidade de com um pequeno gesto mobilizar as massas". Essa mobilização é uma atitude isenta de qualquer interesse material.

O líder é aquele que, por vezes, não sendo chefe, pelo menos reconhecido legalmente, é capaz de exercer nas pessoas uma determinação profunda a segui-lo. Quantas vezes, as convicções do líder são aceites de forma doentia pelos seus seguidores, levando-os a cometer actos irrefletidos. Claro, para tudo deve haver um meio termo. O verdadeiro líder deve inculcar nos subordinados uma atitude racional, de modo a agirem em consciência e, fazendo-lhes sentir que têm nele um amigo, um chefe, um líder.

C) O CHEFE DOTADO DA CAPACIDADE DE LIDERANÇA

Ser chefe não é a mesma coisa que ser líder. Ser chefe é exercer uma autoridade legal sobre os seus subordinados, ser líder é algo mais abrangente, é um dom. Bom seria conciliar as duas coisas; um chefe dotado dessa capacidade, obtém dos seus subordinados o respeito, a amizade, a colaboração de uma forma natural e saudável. O chefe com capacidade de liderança, não necessita, através dos regulamentos, fazer cumprir as suas ordens. Os subordinados cumprem-nas mais por obrigação moral do que por imposição legal. Desta forma, a legalidade estabelece-se sem que haja a necessidade de recorrer a critérios instituídos pelo poder.

D) CORAGEM, DETERMINAÇÃO E SENTIDO DE JUSTIÇA

Estas características e muitas outras, são aquelas que caracterizam um condutor de homens, um líder. O chefe deve ser corajoso, pois só assim inspira coragem e confiança nos seus subordinados; só assim será um líder.

A determinação faz com que um bom chefe transmita confiança e partilhe com os seus subordinados os ideais a atingir.



Por outro lado, o chefe deve ser justo, compreensível e capaz de ouvir os problemas que afectam a classe que chefiar. No entanto, de nada vale a capacidade de ouvir os problemas, se não houver o discernimento de os fazer chegar a quem tem competência para os resolver. Para tal, impõe-se, também, uma ligação saudável e coesa com o escalão superior, pois só assim o exercício de comando chegará a bom termo.

O sargento chefe e o sargento mor

A) A VELHA GUARDA

O ingresso e progressão na carreira para os Sargentos da "Velha Guarda", foi difícil e penosa. Comeram, muitas vezes, "o pão que o diabo amassou". Muitos, privados de instrução escolar, receberam-na nas escolas regimentais que os habilitava para concorrer ao posto de Furriel do QP. Muitos ficavam pelo caminho, só os mais dotados culturalmente o conseguiam. Depois, a progressão na carreira era lenta e obrigava, muitas vezes, os mais ambiciosos a serem subservientes e "paus mandados", pois só assim conseguiam atingir os seus intentos, que era progredir. Muitos não olhavam a meios para atingir os fins, passando por cima de outros tão ou mais dotados e merecedores que eles. Mas, a vida é assim, por vezes impõe-se a lei do mais astuto. Daí resultou que, muitas vezes, os Sargentos Chefes e, ou os Sargentos Mor fossem moldados pelas atrocidades da vida. Assim acontece estarem situados entre as exigências, por vezes desmedidas dos comandantes e as exigências, também por vezes desmedidas, da classe que chefiar. Encontram-se, assim, no meio de um fogo cruzado, incapazes de ouvir e transmitir, ou seja, sem capacidade de chefia e liderança.

B) O SARGENTO MODERNO

O Sargento actual, graças às melhores condições proporcionadas tem, ou pelo menos, deveria ter, uma melhor formação cívica e militar. Digo *deveria ter*, porque se verifica que muitas vezes para se conseguirem certos objectivos pessoais, passa-se por cima de tudo e todos.

Chega-se à conclusão que só a formação não resolve o problema. Terá de haver um factor comum que determine esta forma de estar e de agir. Qual será? Fica à consideração de cada um.

O homem, além de ser inteligente e racional, é também dotado de irracionalidade e animalidade, o que o leva a reacções impensadas que muitas vezes podem prejudicar o próximo.

É costume dizer-se que uns vão, outros ficam; que uns aprendem nos livros dos outros. Assim, antes de criticarmos

negativamente os outros, devemos refletir sobre as condições que possam estar na origem de determinadas formas de estar e agir, e trabalhar no sentido de melhorar as condições de funcionamento das instituições.

C) PROMOÇÃO A SARGENTO CHEFE E A SARGENTO MOR

Segundo o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), a promoção ao posto de Sargento Chefe e a Sargento Mor, resulta da nomeação por escolha, depois de observadas as Condições Gerais e Especiais de promoção.

Com a criação do Regulamento de Avaliação dos Militares do Exército (RAMME), foi instituído um processo de avaliação contínua, um factor, entre outros, de escolha para a promoção a estes dois postos. É discutível se é a melhor forma ou não de se efectuarem tais promoções. A avaliação é subjectiva. O mesmo indivíduo não é visto da mesma forma por chefes diferentes, tal como o mesmo chefe não reconhece o mesmo valor a dois subordinados com igual merecimento. Em benefício de uns, são prejudicados outros que, sendo tão ou mais merecedores vêm as suas carreiras sem objectivos. Daí resulta o descontentamento e mal-estar da classe que Sargentos Chefes e Mor chefiar, mas não conseguem chefiar.

Conclusão

Do Sargento Chefe e, ou Sargento Mor e da forma como exercem a função de chefes de classe, poderá depender o bom funcionamento da Instituição Militar. E, digo depender porque, sendo o sargento a "coluna vertebral dos exércitos", a classe que faz mover a máquina militar, é imperioso que não haja descontentamento no seu seio.

O Sargento Chefe e, ou o Sargento Mor devem ser o elo de ligação do sargento à hierarquia; devem funcionar como agentes moderadores. Devem colocar os problemas de forma correcta, mas determinada, e ajudar os comandantes na resolução dos mesmos. Quantas vezes não se encontram soluções porque os problemas nem sequer são colocados. Outras, se lhes é perguntado pelo comando, do qual também fazem parte, se há problemas, respondem estar tudo lindamente, o que é mais grave que não os pôr. Claro, há excepções à regra, um número muito reduzido que acaba por não vingar... ●

BIBLIOGRAFIA

Manual de Ética Militar
EMFAR
Jornal do Exército
Outros elementos (testemunhos de camaradas na reserva)

Luís Manuel Lobo
SAJ Tm

Varanda para a vida (especial)

29 de Junho de 1999: Um dia histórico!

"Nunca me tinha sentido tão orgulhoso!"; "Passei duas horas todo arrepiado. Parecia o dia em que pedi namoro à minha mulher!"; "Nunca pensei... ultrapassei tudo o que esperava!"; "Nunca pensei ser possível!". Eis algumas das frases que os sargentos indignados trocavam uns com os outros quando se cruzavam durante o "passeio" que levaram a cabo na jornada do dia 29 nas baixas de 12 cidades de todo o País.

Na Rua Augusta, um pedinte cantava um fado triste.

"É um dia histórico!", afirmava um 2SAR quando compreendeu a sua profundidade, dimensão e significado. Um SAJ reformado, sobrevivente da Revolta dos Marinheiros e do Tarrafal, Comendador da Ordem da Liberdade, exclamava emocionado: "É um dia muito feliz para mim. Os militares continuam a defender a sua dignidade!".

Cerca das 18H00, começaram a subir a Rua Augusta, vindos da Praça do Comércio, os sargentos da Marinha. A rua ficou com mais luz, que irradiava das fardas. Os tons cinzentos e escuros perderam o significado perante o sorriso determinado dos rostos e o branco das fardas. Alguns perguntavam: "Então e os outros?". "Mas será que é só a malta da Marinha?". Um encolher de ombros respondeu-lhe. A determinação e a certeza da razão que lhes assistia faziam-nos prosseguir o passeio. "Venham os que vierem, a gente está cá!".

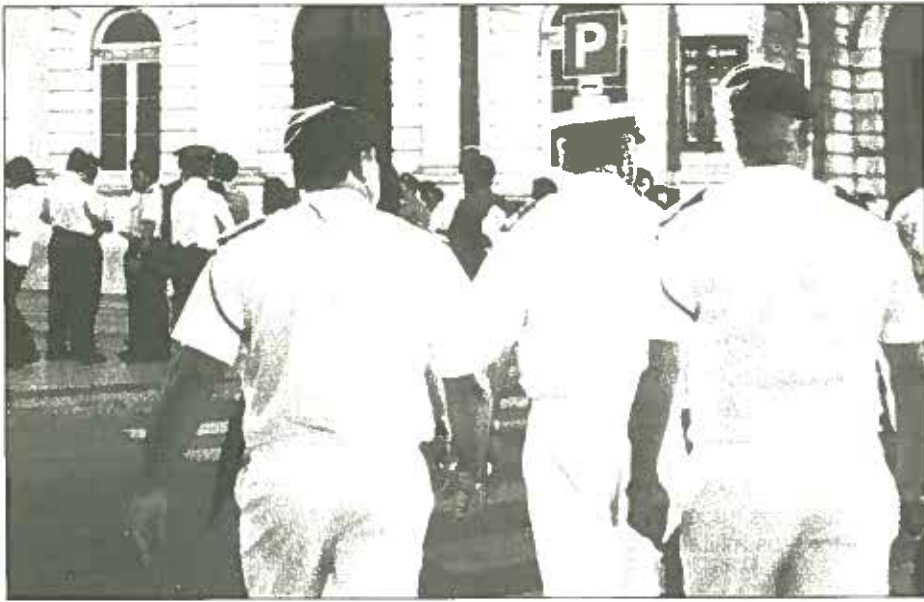
Aqui um olhar de espanto, ali uma boca: "Esquerda volver!", por vezes mais ordinária: "Ainda querem ganhar mais, não fazem nada e querem...", mas o olhar rígido e o silêncio do sargento a quem se dirigia, fizeram-no esturgar o passo e terminar a frase num lamúrio sem convicção. Mas também um piropo de uma mulher de meia idade: "Que bonitos ficam fardados, queridos!", e ali a solidariedade: "Fazem vocês muito bem, lutem, lutem!".

Mas era como se ninguém dissesse nada. A malta prosseguia de cabeça erguida sem se deixar importunar.

Uma brasileira estava espantada: "Que maravilha, caras, que maravilha!" Um casal de turistas pede a um sargento que os fotografe com um grupo de outros sargentos como fundo. Os pombos mal se afastavam dos pés impecavelmente engraxados e polidos.

Três anos de gente, a correr atrás de um bando de pombos, para apanhar um, tropeça e quando vai para cair, um braço fardado ampara-o com carinho e firmeza — a criança quase nem dá pelo que lhe aconteceu, pois logo que se apanha solta prossegue a correria a alvoroçar as aves.

A guitarra do pedinte lamuria em contra-canto com o fado.



De repente, do lado dos Restauradores, começam a chegar as fardas azuis. E um pouco de todas as saídas do Metro surgem as fardas verdes e cinzentas, uns de farda de saída aligeirada, em mangas de camisa, outros com garbo na farda número um.

E, pela primeira vez na história das Forças Armadas, saias. As mulheres militares, ou militares do sexo feminino, como quiserem, não deixaram os seus créditos por mãos alheias. Poucas, é certo, mas também o são ainda nesta difícil profissão. Vêm em grupos de três ou quatro, como se mandou naquele dia, ou acompanhadas por camaradas da unidade.

"Há quanto tempo,..." "Pr' ai desde o 31 de Janeiro, não?". "Devíamos organizar uma coisa destas todos os anos, para nos encontrarmos mais vezes!". "Pois era!". "Venha de lá esse abraço!".

A um jornalista mais insistente um sargento responde olhando para o ar. "Está um belo dia para passear... não está?". O jornalista não gosta. Quer algo bombástico, que vendesse papel. Faz um gesto de desagrado e de má educação que o sargento ignora prosseguindo o seu "passeio".

"Mas tu não estás já na reserva?". "T'ou mas não resisti. Estou muito feliz, ...desde 68 que eu esperava por uma coisa destas!". Na cara o sorriso mais feliz do mundo. Os olhos arregalados como que a quererem gravar tudo sem perder pitada.

Outros camaradas, já na reserva e na reforma, quiseram manifestar a sua solidariedade, comparecendo quase todos à civil. O director do nosso jornal, já na reforma, investido nas funções de fotógrafo — se as fotografias deste jornal não estiverem muito boas perdoem-lhe,

fez o melhor que soube — anda de lado para lado, a abraçar e a fotografar.

Passa um oficial superior do Exército com um sorriso de orelha a orelha e não hesita: "Estão muito bem, camaradas! Nós hoje também achámos bom o dia para irmos almoçar fora". E segue com o sorriso cúmplice.

Um cabo da Marinha, já com 23 anos de tempo de serviço, dirige-se a um sargento seu conhecido: "Parabéns! Vocês têm aqui um "passeio" muito bom. A gente hoje na unidade, ninguém comeu. Até os grumetes que não tinham dinheiro para ir almoçar fora alinharam. Lá lhes arranjámos umas sandes!". E prossegue satisfeito, com o filho pela mão.

Um sargento da Marinha, com a filha às cavalitas, cumprimenta um seu camarada da Força Aérea, que também tinha ido buscar a filha ao infantário. As miúdas estão todas vaidosas dos seus pais e contentes pelo passeio inesperado.

Fotógrafos e câmaras de filmar captam imagens de um primeiro andar. Ao lado, jornalistas, de bloco de notas em punho, anotam com frenesim. Talvez os mesmos que só viram dezenas de sargentos, alguns condescenderam até às centenas. Compreende-se, só têm dez dedos nas mãos. Das imagens do primeiro andar nem uma foi publicada ou emitida. E fizemos nós o 25 de Abril, também, para acabar com a censura...

"Ah filhos, fazem vocês muito bem, os do governo só lá estão para se governarem", diz uma vendedora de flores.

"Entregaram as colónias aos pretos e agora ainda querem mais dinheiro...", diz o dono de uma tabacaria, que ainda não compreendeu o que lhe aconteceu. Mas os sargentos não ligam. Sorriem para os que mostram simpatia, muitos, e ignoram os restantes, poucos, muito

poucos.

Vão trocando abraços e conversas à medida que se cruzam. Os que não se conhecem cumprimentam-se militarmente, no que, por vezes, eram imitados por miúdos encantados com a situação.

"Nunca a Baixa teve tanta segurança como hoje, venham mais vezes", diz uma rapariga.

O trânsito intenso àquela hora fluía como se não "passeassem" na Baixa mais uns milhares de cidadãos em uniforme. Os transeuntes prosseguiam vendo o caminho facilitado pelos cidadãos fardados. "Cuidado, camarada, é preciso que toda a gente circule sem incómodos". A compostura e a conduta são exemplares.

"Vai uma ginja?", "Claro! Senão era como ir a Roma e não ver o Papa!". "Vá lá então, mas só uma!".

Já perto das 20H00, os passeios da Rua Augusta e do Rossio até aos Restauradores estavam cheios de sargentos fardados. Talvez para ajudar os jornalistas a contarem, como que guiados por um impulso, a mole de sargentos começou a deslocar-se para a Praça do Comércio. Os jornalistas corriam e estimulavam os repórteres de fotografia e de câmara a seguirem-nos. Supunham que finalmente ia acontecer. Não se sabia o quê, mas algo lhes dizia que o "homem ia morder o cão".

A meio da Rua Augusta, uma rapariga tocava tambores e outra dançava e esmolava. Quase em frente, o pedinte continuava com o fado lamurioso. Os operários, que antes davam ordens militares, agora pararam por momentos a ver o que se passava: porque é que todos "passeavam" para o mesmo lado?

A praça começou a comprimir-se na mesma medida em que o número de sargentos aumentava. O trânsito entre a rua e a praça prosseguia, embora mais lentamente, porque com tanta gente era impossível.

Um operador de câmara olhava em volta a descortinar um ponto melhor para fixar a objectiva. Ainda hesitou, mas correu para a estátua e iniciou a escalada dele e dos apetrechos do ofício.

A rua despejava-se para a praça. O operador de câmara ia a meio da escalada. Chegam à praça os dirigentes da ANS, também fardados consoantes os ramos.

De repente, e ainda com a Rua Augusta a despejar para a praça e o operador quase a terminar a escalada, os sargentos começaram a destroçar, comandados por uma ordem invisível e numa ordem exemplar. Momentos depois a praça já estava vazia. ●

David' Pereira

Campanha do Tijolo

A ANS precisa de se expandir e para tal decidiu adquirir um novo espaço para sua sede social

A operação financeira vai ser realizada através de um Crédito à Caixa Geral de Depósitos, a ser pago pelo equivalente ao que se pagaria por uma renda dum espaço equivalente, com a diferença que o espaço em questão vai passar a constituir património da ANS, portanto, de todos nós!

Decidiu a Direcção, com o apoio de grande número de associados, lançar a chamada CAMPANHA DO TIJOLO, que se consunsta na aquisição de tijolos *miniatura* pelo preço simbólico de 1.000\$00 a unidade, com vista a criar um fundo

de maneio que permita fazer face às diversas despesas que uma tal aquisição implicam.

Colabora, adquirindo o teu tijolo! Dirige-te ao Delegado da tua Unidade, estabelecimento ou Órgão, e caso este não exista, entra em contacto com a nossa Sede para obteres informações. Se quiseres, podes também fazer o depósito dos teus donativos, independentemente da aquisição dos tijolos, na conta da CGD abaixo indicada. ●

Conta da CGD: 0035.0514.00033061530.26

Equívocos

Os tempos que vivemos são tempos de crise profunda, difíceis. Estão carregados de situações pouco esclarecidas que levam a comportamentos e atitudes ambíguas, equivocadas. Agrupam-se aqui: comportamentos de chefes e de comandantes, opiniões de comentadores e notícias escritas por jornalistas que não estudaram o suficiente sobre a matéria militar e dos militares (para não dar, aqui, cabimento aos rumores sobre artigos encomendados), comportamentos dos militares, oficiais, sargentos e praças, derivados da situação de profundo descontentamento e mal-estar; a postura de alguns partidos políticos, por razões diversas; e a atitude do Governo, sabe-se lá porquê, mas com a desculpa da moeda única.

Da parte dos chefes e dos comandantes militares os equívocos devem-se, fundamentalmente, a preconceitos e a receios infundados. Fala-se em "poderes paralelos" e de usurpação de poderes quando dizem "...querem ser eles a definir a instituição militar", ao se referirem às associações constituídas pelos seus homens. Mandam os comandantes das unidades avisarem de que a ANS não é reconhecida pelas chefias militares, não obstante ser reconhecida e recebida pelos órgãos de soberania e mesmo o GEN. CEMGFA ter tornado público o seu contacto informal com estas. Há comandantes de unidade que pressionam os seus homens para não aderirem às manifestações de indignação, sendo que, nos casos mais extremos, chegam a ameaçá-los com a descida das informações semestrais, como na EPI em Mafra, ou com outros tipos de ameaças veladas, como em Braga, para citar só dois casos, mais extremos e graves.

Mas porque é que os comandos e os chefes reagem assim? Será que os problemas que afectam os seus homens não os afectam a eles? Provavelmente as explicações não se esgotam em duas ou três vertentes, mas têm uma génese comum: radicam na falta de confiança nos seus homens — o que é grave; no estilo de comando instituído, baseado na obediência cega em todos os cam-

pos e na promiscuidade existente entre o que é a coisa militar, com implicações no desempenho das unidades, na operacionalidade e no cumprimento das missões, e aquilo que são problemas dos militares, de natureza social; e na incompreensão do novo quadro legal que rege hoje o exercício do comando.

Da parte dos jornalistas e comentadores os equívocos devem-se a dois factores principais: falta de preparação e de especialização; a não assunção de todas as partes.

Durante anos sucessivos, a Instituição Militar e os militares foram relegados para um plano subalterno, antes de mais por quem tinha o dever fundamental de o não fazer. Raras foram as vozes que se levantaram em sua defesa, alertando para o mal que se estava a fazer ao País e à defesa militar da Pátria. Mas a campanha prosseguiu surda aos alertas e aos sinais de incomodidade dos militares. Mesmo agora, na sequência das jornadas do dia 29JUN99, vieram jornalistas e comentadores acenar com o fantasma das regalias que os militares usufruíam: gasolina mais barata, cantinas com tudo mais barato, refeições e subsídios de refeição, transportes, escolas para os filhos, um serviço de saúde próprio e de grande qualidade, etc. Tal é o atraso em que esta gente vive. Não sabem, ou não se querem informar, que a campanha de denegrimiento e ostracização em que diligentemente participaram, deu cobertura, afinal, à ruína do quadro de retribuições que o País coiocava ao dispor dos militares para os compensar dos sacrifícios que lhes continua a exigir.

Hoje, os militares, em termos retributivos, têm o estatuto de funcionários públicos, sendo que no contexto dos quadros e categorias especiais da Função Pública estão no fim da cauda, são os que estão mais degradados. Já não têm gasolina mais barata há mais de 16 anos; as cantinas das unidades e o Casão vendem a preços superiores aos praticados pelos supermercados; o serviço de saúde das FFAA está em crise e a assistência medicamentosa desceu ao nível da aspi-



rina e do penso rápido — não obstante o RDM continuar a exigir que o militar se mantenha saudável para poder entrar em combate com todas as suas capacidades plenas, e estar sujeito a castigo disciplinar se tal não ocorrer; têm direito a uma refeição por dia para a qual a unidade recebe um subsídio de cerca de 625\$, sem outro reforço, não sendo reembolsado nos dias em que não come na unidade — portanto, sem receber o numerário correspondente às refeições que não come e ao contrário do que se passa com os restantes funcionários da Administração Pública; não têm escolas para os filhos, nem estes têm qualquer acompanhamento especial quando os pais se encontram em missões nos teatros de guerra para onde o poder político os envia e os órgãos de informação tão diligentemente visionam nos seus aspectos mais dramáticos e violentos; pagam impostos como qualquer cidadão, sendo-lhes estes descontados directamente no vencimento.

Por outro lado, seria bom noticiarem que: os militares devem ser os únicos profissionais que pagam a sua farda, não obstante ser uma peça de valor militar e poderem ser castigados disciplinarmente se não a conservarem em perfeito estado; que fazem os seus serviços de escala com duração de 24 horas, que chegam a ser em número de 8 por mês, sem que recebam mais um tostão pelo facto, nem tenham folga a seguir para os compensar; que não têm direito a licença diária nem têm um horário de saída estabelecido, ficando a licença e a hora de saída ao critério do comandante da unidade — também não existe qualquer mecanismo de compensação; que vivem diariamente em paióis de munições e de materiais altamente explosivos e perigosos sem lhes ser atribuído qualquer subsídio de risco ou seguro de vida, nem sequer quando o País os envie para as frentes de batalha; que estão sempre disponíveis para o serviço onde quer que o País precise deles, na maioria das vezes com prontidão imediata, sem qual-

quer compensação. Ou melhor: têm 10% do seu vencimento base como subsídio da condição militar para pagar tudo isto. Sem mais comentários.

Todo este mal-estar nas fileiras tem levado alguns camaradas a actos de desespero e à adopção de formas de luta ineficazes. Está dentro desta linha de acção a campanha anónima que levou muitos camaradas a anular o voto escrevendo neste: *militar indignado*. Pretendiam os proponentes castigar os partidos que tanto mal têm feito aos militares. Começa logo por não fazer a necessária distinção, entre os que de facto têm estado à frente da pasta da defesa e levado a cabo esta campanha de degradação, dos que lutaram contra ela. Mete-se tudo no mesmo saco cometendo-se, assim, uma injustiça — castigam-se todos por igual, como se as responsabilidades também fossem iguais. Sabe-se hoje que mais de 6000 votos foram assim anulados. É um número considerável.

Primeira pergunta a fazer: qual foi o resultado prático desta forma de luta, foram de facto prejudicados os partidos que se desejava castigar? A resposta é não.

O momento que atravessamos é cheio de equívocos e de meandros. Uns premeditados e construídos, outros induzidos e outros preconceituosos. É preciso muita serenidade, muita frieza e discernimento para prosseguirmos o nosso caminho de construção de uma imagem nova e digna do cidadão em uniforme. Hoje, mais do que nunca, é preciso cerrar fileiras e mostrar que para nós, militares, a coesão, a camaradagem, a lealdade e a frontalidade não são palavras vãs. São o fundamento da nossa atitude como cidadãos militares. São aquilo que nos dignifica e distingue. ●

Nota de Redação:

Todos os textos desta edição, com excepção do intitulado "A coesão e a seriedade venceram" foram escritos antes de 9JUL99. ●

